



1 ATA DA 4ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS - Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às  
2 dezoito horas, na sala de reuniões, situada à Rua Engenheiro Chamber, 42 – sala 4 do Edifício  
3 Cathedral, na cidade de Ponta Grossa, realizou-se a quarta reunião ordinária do Conselho Municipal  
4 de Saúde. Presentes os conselheiros Titulares: Elaine Cristina Lupepsa Machado, Alexandra Luise  
5 Lopes, Isaias Cantóia Luiz, Elaine Cristina Antunes Rinaldi, Ines Chuy Lopes, Fábria Cristine Rocha,  
6 Claudia Cristina Saveli, Márcia Therkes, Péricles Martim Reche, Leandro Soares Machado, Paulo  
7 Saincler Heusi, Juliana de Jesus Maciel, José Timóteo Vasconcelos Sobrinho, Inez Rosemari Safraide,  
8 Candido José Coesel, Ana Maria Bourguignon de Lima e Leandro dos Santos Dias. Conselheiros  
9 Suplentes: Luiz Antônio Delgobo, Simone Schenfeld Monçalves, Ana Caetano Pinto e Luiz Carlos de  
10 Oliveira. O Presidente em exercício Leandro Soares Machado assume os trabalhos e procede a  
11 abertura da reunião, cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação da 2ª e**  
12 **3ª Atas Ordinárias de 2016. 2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões. (20 min.) 3. Informes Gerais.**  
13 **4. Ordem do Dia. 4.1. Apresentação da proposta de calendário das reuniões ordinárias. (10 min.).**  
14 **4.2. Apresentação do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2015. (60 min.). 4.3. Apresentação da**  
15 **Programação Anual de 2016. (20 min.). 1. Leitura e Aprovação da 2ª e 3ª Atas Ordinárias de 2016.**  
16 Atas aprovadas sem ressalvas. **2. Relato Geral. 2.1. Relato das Comissões.** A Conselheira Alexandra  
17 faz o relato da reunião da Comissão de Orçamentos, Programas e Projetos, diz que ficou indicada na  
18 reunião ela mesma na Coordenação, e a conselheira Claudia Saveli como Relatora. Informa que foi  
19 analisada a Programação Anual de Saúde 2016 que foi enviada ao CMS em Dezembro do ano  
20 passado. Após a análise, a comissão encaminha a plenária com a indicação de aprovação por todos os  
21 presentes. A conselheira Márcia Therkes faz o relato da Comissão de Vigilância em Saúde, diz que  
22 ficou indicado a Coordenação o conselheiro Péricles Martim Reche, e a ela mesma como relatora.  
23 Informa que a próxima reunião da comissão está para acontecer nessa semana, mas sem data  
24 marcada ainda, uma vez que os membros precisam ler e analisar a RAG. **3. Informes Gerais.** O  
25 conselheiro Leandro Soares Machado lê os Ofícios Recebidos pelo CMS. O presidente em exercício  
26 coloca em votação o pedido de inserção de pauta de Apresentação do Projeto Básico de  
27 Chamamento Público para credenciamento de Pessoa Jurídica para atendimento de consulta  
28 especializada e internamentos de longa permanência. Aprovado o pedido de inserção de Pauta por  
29 13 (treze) votos favoráveis. Coloca em votação o pedido de inserção de pauta de Apresentação do  
30 SARGSUS. Por unanimidade dos presentes, aprovado o pedido de inserção de pauta. **4. Ordem do**  
31 **Dia. 4.1. Apresentação da proposta de calendário das reuniões ordinárias.** O conselheiro Paulo  
32 Saincler informa que houve um erro no mês de maio, e uma reunião foi marcada uma semana após a  
33 outra. O presidente em exercício coloca em aprovação o calendário até o dia 31 de maio, e o mesmo  
34 é aprovado por unanimidade. **4.2. Apresentação do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2015.** O  
35 Relatório é uma obrigação de todos os municípios, elaborado anualmente. Tudo aquilo que foi  
36 aprovado no Conselho através de recursos, entra no Relatório Anual de Gestão. Informa que são 117  
37 metas e indicadores. Diretriz nº 1 - Garantia do acesso da população, essa diretriz vai da 1 a 35, algumas  
38 das metas são: Aumentar cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica foi uma  
39 meta realizada. Diretriz nº 2 Aprimoramento da Rede de Atenção às Urgências, que vai da meta 36 a meta  
40 42. Uma das metas era Realizar a investigação dos casos notificados com suspeita de violência doméstica,  
41 sexual e/ou outras violências. Foi uma meta realizada. Diretriz nº 3 Promoção da atenção integral à saúde da  
42 mulher e da criança, que vai da meta 43 a meta 63. Uma das metas dessa diretriz era Ampliar a razão de



43 exames cito patológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma  
44 faixa etária. Foi uma meta realizada. Diretriz nº 4 Fortalecimento da rede de saúde mental Cobertura dos  
45 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o município não alcançou essa meta. Diretriz nº 5 Garantia da atenção  
46 integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas. Diretriz nº 6 Redução dos riscos e  
47 agravos à saúde da população. Garantia da assistência farmacêutica no âmbito do SUS. Ampliar a estratégia de  
48 qualificação da gestão da assistência farmacêutica no SUS. Diretriz nº 8 Qualificação de instrumentos de  
49 execução direta. Uma das metas era Implantar Plano de Cargos e Salários, foi colocado como não realizado.  
50 Implantar Ouvidorias Itinerantes. Das 117 metas 84 delas foram cumpridas, com 72% de aprovação dessas  
51 metas realizadas 33% não cumpridas. A conselheira Elaine faz a apresentação do orçamento, informa que foi  
52 fechado o ano de 2015 em 121 milhões em recursos próprios, teve um aumento de aproximadamente 35  
53 milhões em relação ao 1º Quadrimestre. O orçamento de toda a secretaria fechou em 181 milhões. Solicita  
54 que seja a feito uma análise de todas as comissões, na próxima semana, pra que não só a Secretaria, mas  
55 também o Conselho consiga cumprir os prazos estipulados pela lei. O conselheiro Leandro Soares Machado  
56 faz um apontamento referente à diretriz nº 1 que tem 35 indicadores, 15 metas não atingida. Diz que foi  
57 solicitado pra que a Secretaria de Saúde, entregasse o relatório e informações qualitativas não só  
58 quantitativas, e pergunta se a secretaria dispõe dessas informações. Questiona os planos de cargos e salários  
59 não estava realizado, mas que existia a comissão. A conselheira Alexandra fala que os dados que o conselheiro  
60 expôs eram referentes ao relatório de 2014, e a secretaria respondeu os questionamentos na forma de ofício;  
61 ao referente ao Plano de Cargos, esclarece que o Conselho tem uma mesa de Negociação referente ao Plano  
62 de Cargos e salários em 2013, e que foi solicitado que ela fosse retomando, porém não foi. A Prefeitura  
63 entendeu que cada secretaria estava fazendo d forma isolada. Então foi feito esse grupo de trabalho, com os  
64 representantes de cada secretaria. Os apontamentos serão todos feitos na Reunião de Comissões. A Secretaria  
65 Executiva Sueli Mensen, esclarece que o Plano de Cargos e Salários não foi esquecido pelo conselho, já que  
66 várias vezes o CMS tentou buscar na SMS para formar a comissão, uma vez que não houve resposta, foi  
67 encaminhado ao Ministério Público e a documentação necessária para mandar ao Conselho Nacional de  
68 Saúde. **4.3. Apresentação da Programação Anual de 2016.** A conselheira Alexandra faz a apresentação  
69 informando que as diretrizes e planejamentos da programação são regulamentados na Lei 141 portaria 2135.  
70 Na lei diz que a prefeitura deve encaminhar ao Conselho a Programação Anual de Saúde para aprovação antes  
71 da data de encaminhamento, a Prefeitura é obrigada a mandar a lei de diretriz orçamentária à câmara, para  
72 aprovação. Essa lei foi encaminhada a câmara no final do ano passado e foi aprovada dia 30 de Dezembro.  
73 Nessa programação, são contidas 8 diretrizes e 117 metas, nada de diferente ao ano interior, não foram  
74 incluídas metas depois da aprovação do conselho. O orçamento de 2016 está previsto em R\$ 158 milhões. O  
75 conselheiro Leandro Dias faz um questionamento sobre o “poder de policia” da Vigilância Sanitária. A Senhora  
76 Angela Pauli, coordenadora da Vigilância explica que esse termo é utilizado porque constitucionalmente ela  
77 tem esse poder, então todas as ações referentes à vigilância, esse valor é o arrecadado pelas taxas cobradas  
78 no momento em que a licença sanitária, valor esse cobrado por área e risco doe estabelecimento, então o  
79 valor é variado. Esse valor cai na Prefeitura, dentro dessa fonte, e ele vem com esse carimbo de “poder de  
80 policia” por que ele é arrecadado pelas taxas de licença, e eventualmente taxas de multa. A Senhora  
81 Alexandra lê o ofício em que foi pedida a aprovação da programação no ano passado, assim solicita a  
82 aprovação desse relatório na reunião. A conselheira Cláudia fala que na comissão foram lidas e tiradas as  
83 dúvidas do plano, e passado para o pleno com indicação de aprovação. O conselheiro Leandro Soares  
84 Machado diz que ano passado foi analisado pela comissão, mas com a troca dos conselheiros não foi  
85 aprovado. O conselheiro Isaias fala que as metas não vão ser mudadas, nem o orçamento, então cabe ao  
86 conselho colocar em votação, e fazer o acompanhamento desse plano. O presidente em exercício Leandro  
87 Soares Machado diz que não teve conhecimento do diálogo entre o presidente Jefferson Leandro Gomes



88 Palhão com a conselheira Alexandra, para a então aprovação. Aberta a votação para a inclusão de pauta da  
89 aprovação do plano de aplicação, aprovada a inclusão de pauta por 17 votos favoráveis. Aberta a votação para  
90 a aprovação da programação anual de saúde de 2016. O conselheiro José Timóteo Vasconcellos e a  
91 conselheira Juliana de Jesus Maciel votam contrário, o conselheiro Leandro Soares Machado se absteve do  
92 voto. Plano aprovado por 13 votos favoráveis. Apresentação do Projeto Básico de Chamamento Público  
93 para credenciamento de Pessoa Jurídica para atendimento de consulta especializada e internamentos  
94 de longa permanência, feita pela Senhora Ana Paula gerente da saúde mental começa dizendo que o  
95 estabelecimento devera disponibilizar 200 consultas médicas ambulatoriais de forma complementar no SUS,  
96 para dar atendimento à demanda reprimida do ambulatório da saúde mental, deve disponibilizar 17 leitos de  
97 cuidados prolongados para retaguarda da rede de urgência e emergência e de mais redes temáticas de saúde.  
98 Deverá garantir tratamento individualizado e humanizado. Esses leitos são para que as pessoas que ficam mais  
99 de 15 dias no Hospital Municipal tenham essa retaguarda assim podendo ser transferida e liberar leitos no  
100 Hospital. A portaria exige também que a contratada disponibilize um médico enfermeiros, técnicos em  
101 enfermagem, assistente social, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e psicólogo. O valor desse credenciamento, as  
102 consultas especializadas ficarão em 2000 reais mensais. 10 reais por consulta, o internamento nesses leitos até  
103 60 dias o valor é de 300 reais, passou de 60 dias o valor é de 200, e após os 91 dias o valor normal. O valor  
104 anual de leitos é de R\$ 1.860.000,00 esse credenciamento. O conselheiro Leandro Santos Dias questiona o  
105 fato do gestor não prever a implantação dessa gestão através da própria gestão, por que transferir a iniciativa  
106 privada, quando a responsabilidade é do estado é um direito do cidadão ter acesso à saúde, quando se trata  
107 de uma iniciativa privada é um serviço, que pode se vender e pode se comprar, o conselheiro questiona o  
108 porquê de não prever concurso público para contratar profissionais como enfermeiros e médicos. Questiona o  
109 fato dos leitos do Hospital da Criança ser transferidos ao Hospital Vicentino, com a promessa de que  
110 funcionariam 10, porém nem 3 funcionam direito. A senhora Ana Paula, responde que em relação a esses  
111 leitos, foi discutido isso internamente na gestão, porque essa responsabilidade é do Estado, o Município não  
112 tem condições de assumir uma gestão plena, que é o que o Senhor conselheiro estava colocando no sentido  
113 de assumir a responsabilidade de todos os Hospitais na questão de gestão, e do serviço. A gestão plena vai  
114 regularizar todos os Hospitais do Município, que é diferente desse credenciamento que vai regular só o que  
115 está no Pronto Socorro e alguns casos que tem sequelas neurológicas ou problemas cardíacos, que é uma  
116 demanda que está ocupando muito o hospital. E é preciso ter uma retaguarda, tanto que a portaria diz que  
117 pode-se fazer essa parceria, justamente para atender a população mais carente. A senhora Karen, gerente do  
118 Hospital Municipal, a demanda do Hospital Municipal representa 90% da demanda de todo o Município, o  
119 hospital necessita da rotatividade dos leitos, em função de alguns pacientes que necessitam de maiores  
120 cuidados. Relatórios recentes que fazem parte do projeto apontam que no ano de 2015, mais de 600  
121 (seiscentos) pacientes que ficaram internados mais de 15 (quinze) dias, conseqüentemente isso trava a porta,  
122 o hospital precisa da rotatividade. A partir do momento que os leitos de cuidados prolongados, conseguiriam  
123 liberar leitos do Hospital Municipal, conseqüentemente atender a uma demanda maior, tirar pacientes das  
124 cadeiras, o projeto do Melhor em Casa vai atingir esses pacientes, então é uma linha de cuidados. Então esse  
125 planejamento vem sendo feito há muito tempo. A conselheira Juliana diz que no ano passado foram  
126 apresentados vários tipos de procedimentos, que poderiam ser contratos de empresas de pessoas  
127 terceirizadas para de repente sanar, ou aliviar a questão do atendimento da saúde. O problema que foi dito,  
128 era a perda do vínculo do paciente. Questiona sobre a taxa de 10 reais que seriam as consultas psiquiátricas. A  
129 Sra. Ana, diz que a tabela SUS tem que respeitar o credenciamento. O conselheiro Isaias diz que seria  
130 pertinente passar o projeto à comissão de assistência a saúde e de orçamentos. A Sra. Alexandra faz uma  
131 breve apresentação do que é o SARGSUS, que é um projeto que em 2011 o Tribunal de Contas fez obrigando a  
132 todos os municípios a utilizar um sistema de apoio ao Relatório de Gestão. O relatório de gestão é incluso



## Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

133 dentro desse sistema, com todos aqueles itens que são obrigados. Então inclui todas as informações do  
134 relatório, e o encaminha o Conselho Municipal de Saúde, a partir de uma aprovação coloca dentro do sistema  
135 que foi aprovado, e o numero da resolução. Os cargos de fiscais que eram antes ocupados pelos conselheiros:  
136 Eliane de Freitas, Leandro Soares Machado e Jiovany Kissilevicz foram substituídos pelos conselheiros: Elaine  
137 Lupepsa Machado, Jefferson Leandro Gomes Palhão e Fábria Cristine Rocha. Sem mais assuntos a tratar, o  
138 presidente em exercício Leandro Soares Machado encerra a reunião às 20h: 37min.